

Ensino politécnico, empreendedorismo e transição para o trabalho

Luís Nuno Sousa

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto
Escola Superior de Educação/Instituto Politécnico de Viseu

Resumo

O crescente aumento do desemprego entre os diplomados do ensino superior ultrapassa a simples questão do fluxo de entrada no sistema de ensino superior em Portugal, o processo de transição para o mercado de trabalho complexificou-se de uma forma evidente, refletindo um aumento da concorrência no mercado de trabalho e escassez de oportunidades de carreira no mercado de trabalho, adiando as expectativas profissionais dos mais jovens. Este movimento tem ganho, nos últimos anos, uma dimensão crescente e, atualmente, representa uma das grandes preocupações das diversas entidades envolvidas neste processo. Consequentemente, promover o empreendedorismo no ensino superior pode representar hoje, um apoio central no processo de transição para o trabalho dos diplomados. O programa Poliemprende representa, neste movimento, os esforços do Ensino Superior Politécnico neste sentido. Suportando-nos nos resultados alcançados com a aplicação do inquérito on-line aplicado aos participantes deste programa, pretendemos aqui dar um contributo para conhecer e refletir, de uma forma exploratória, sobre a relação entre empreendedorismo no ensino superior, diplomas e mercado de trabalho.

Palavras-chave: Ensino superior politécnico, empreendedorismo, transição para o trabalho.

Polytechnic education, entrepreneurship and transition to work

Abstract

The growing increase in unemployment among higher education graduates goes beyond the simple question of the entry flow into the higher education system in Portugal, the process of transition to the labor market has become more complex, reflecting an increase in competition in the market job opportunities and shortage of career opportunities in the labor market, postponing the professional expectations of the young. This movement has gained in recent years a growing dimension and, currently, represents one of the great concerns of the various entities involved in this process. Consequently, promoting entrepreneurship in higher education can today represent a central support in the process of transition to the work of graduates. The “Poliemprende” program represents, in this movement, the efforts of Polytechnic Higher Education in this sense. Based on the results obtained with the application of the online survey applied to the participants of this program, we intend here to contribute to the exploration and reflection of the relationship between entrepreneurship in higher education, diplomas and the labor market.

Keywords: polytechnic higher education, entrepreneurship, transition to work.

L'éducation polytechnique, l'esprit d'entreprise et la transition vers le travail

Résumé

Le chômage croissant des diplômés de l'enseignement supérieur va au-delà de la simple question d'entrée dans le système d'enseignement supérieur au Portugal, la transition vers le marché du travail plus complexe est claire, ce qui reflète une concurrence accrue sur le marché travail et le manque d'opportunités de carrière sur le marché du travail, ce qui retarde les attentes des jeunes professionnels. Ce mouvement a gagné ces dernières années, une augmentation de la taille et représente actuellement une préoccupation majeure des différentes entités impliquées dans ce processus. Par conséquent, la promotion de l'esprit d'entreprise dans l'enseignement supérieur peut représenter aujourd'hui un support central dans la transition vers le travail des diplômés. Le programme Poliempree est, dans ce mouvement, les efforts de l'École polytechnique à cet égard. En se fondant sur les résultats obtenus avec la mise en œuvre de l'enquête en ligne appliquée aux participants de ce programme, nous avons l'intention ici de contribuer à réunir et réfléchir, de façon exploratoire, au sujet de la relation entre l'esprit d'entreprise dans l'enseignement supérieur, les diplômés et le marché du travail.

Mots-clés: Enseignement supérieur polytechnic, l'esprit d'entreprise, transition au travail.

Enseñanza politécnica, emprendimiento y transición al trabajo

Resumen

El aumento del desempleo entre los graduados de la educación superior va más allá de la simple cuestión de la entrada en el sistema de educación superior en Portugal, la transición al mercado de trabajo más complicado es un reflejo claro aumento de la competencia, en el mercado de trabajo y la falta de oportunidades de empleo en el mercado laboral, lo que retrasa las expectativas de los profesionales más jóvenes. Este movimiento ha ganado en los últimos años, un creciente tamaño y en la actualidad representa una de las principales preocupaciones de las diversas entidades involucradas en este proceso. En consecuencia, promover el espíritu empresarial en la educación superior puede representar hoy un soporte central en la transición hacia el trabajo de los graduados. El programa “Poliempree” es, en este movimiento, los esfuerzos de la Politécnica en este sentido. Apoyando-nos sobre los resultados obtenidos con la aplicación de la encuesta en línea a los participantes de este programa, se pretende aquí para hacer una contribución a conocer y reflexionar, de forma exploratoria, sobre la relación entre el espíritu empresarial en la educación superior, diplomas y el mercado laboral.

Palabras clave: Educación superior politécnica, espíritu empresarial, transición al trabajo.

INTRODUÇÃO

Assistimos, atualmente, a um conjunto de desajustamentos entre as qualificações necessárias para os diferentes sectores da economia e as qualificações verdadeiramente detidas pelos licenciados, urgindo assim compreender, de uma forma mais profunda, a relação entre formação académica e emprego. O investimento em educação e a obtenção de diplomas de ensino superior representam cada vez mais uma postura de risco, não garantindo a priori o

acesso ao emprego. Esta questão não pode ser somente colocada ao nível do acesso ao emprego, mas também ao nível do aumento efetivo da precariedade laboral, sobretudo visível numa desclassificação progressiva dos jovens diplomados, particularmente no exercício do primeiro emprego.

Desde os anos 90 do século XX, que se verifica uma reestruturação profunda dos modelos de transição para o mercado de trabalho (Rose, 1998), distribuindo os jovens diplomados por diferentes itinerários profissionais, onde predominam dimensões de incerteza, flexibilidade e reversibilidade (Galland, 1991), integrando-se num movimento mais vasto de “crise de identidades” (Dubar, 2001). Perante estes impasses, as “gerações de fronteira”/ “gerações sanduíche”/ “jovens adultos” (Pais, 2005) vêem-se confrontados com modelos atuais de transição, que implicam processos de “individualização” ou “modernização flexível” (Beck, Giddens e Lasch, 1994), em articulação com processos de institucionalização, que caracterizam as estruturas de oportunidades propostas por políticas públicas ou mesmo por lógicas de mercado.

As recentes orientações das políticas públicas de ensino, no âmbito europeu, apresentam recomendações concernentes à “educação empreendedora”¹, através de iniciativas dedicadas ao desenvolvimento de atributos e competências empreendedoras. Tais competências são consideradas essenciais, tanto para a aprendizagem ao longo da vida, como para a empregabilidade, como forma de fomentar a satisfação pessoal e profissional, a inclusão social e a cidadania ativa. O que se encontra em questão não é somente o facto de os jovens evidenciarem cada vez maior dificuldade em aceder ao emprego; eles denotam, simultaneamente, uma crescente dificuldade em encontrar empregos enquadrados na área da formação académica obtida, o que levanta a questão do equilíbrio entre oferta formativa, oportunidades e exigências ao nível laboral.

A criação do próprio negócio ou empresa afigura-se, cada vez mais, como uma forma de criação do próprio emprego, para muitos jovens diplomados. São diversos os fatores e agentes que interagem neste processo. Desde logo, o Estado, através das políticas ativas de emprego, da promoção do empreendedorismo ou das políticas de fomento à criação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas, mas igualmente outros atores, como o sistema de ensino, a família ou as redes sociais.

A inovação deve ser vista como um processo socialmente construído. Os aspetos sociodemográficos, a experiência educacional, a durabilidade da educação superior, a

¹ <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:394:0010:0018:pt:PDF>
<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LeUriServ.do?uri=OJ:C:2011:070:0001:0003:PT:PDF>
<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0640:FIN:PT:PDF>

educação/formação contínua, os modos de aprendizagem e de ensino, as competências e *timing* da graduação, influenciam a decisão ocupacional, após a obtenção do diploma de ensino superior (Martínez, Mora e Vila, 2007). Consequentemente, a questão do património individual detém particular pertinência, neste processo, segundo Lahire (2005). A captação das realidades mais individuais não remete, nem para uma singularidade inquestionável dos contornos individuais, nem para a “liberdade de escolha” de indivíduos “autónomos” (e imunes a todos os determinantes sociais), remete, sim, para a estrutura de conjunto das sociedades que as construíram, para a pluralidade de grupos (ou de instituições) e para a multiplicidade dos quadros de vida social que cada indivíduo é suscetível de frequentar, simultânea ou sucessivamente, estando ligadas à forte diferenciação social das funções características das sociedades.

Na atualidade, a necessidade de conhecimento representa um fator de extrema importância, no que respeita ao movimento de integração social que, invariavelmente, se encontra ligado ao exercício do trabalho (OCDE, 2007). Assiste-se, assim, a uma transposição de modelo de ensino superior “(...) *from elite to a mass system has had a fundamental impact on the labour supply and occupational structure, challenging employers’ and graduates’ perceptions of the relationship between Higher Education and employment.*” (Purcell *et al*, 2007: 57 e 58).

O grande tutor do mercado de trabalho dos jovens e o responsável pela política estrutural de transição profissional é, inquestionavelmente, o Estado (Rose, 1998). Assim, podemos enquadrar o programa Poliempreeende nesta perspetiva, sendo que pretende, com o estímulo do empreendedorismo, promover o processo de transição para o trabalho e criação do próprio emprego dos diplomados.

Tendo presente este enquadramento, pretende-se apresentar um contributo para uma discussão crítica dos movimentos de empreendedorismo e criação de empresas, no ensino superior politécnico em Portugal, assentes na promoção de novas formas de contacto entre politécnicos, (ex)alunos e mercado de trabalho e nos novos desafios institucionais de promoção do desenvolvimento económico e social, a nível regional/nacional.

Neste âmbito, o programa Poliempreeende apresenta-se como um instrumento de dinamização institucional do empreendedorismo e emprego e de desenvolvimento regional e nacional. O concurso² destina-se a estudantes e diplomados de Escolas Superiores dos Institutos

² Os prémios do concurso compreendem duas tipologias: Prémios pecuniários nacionais e regionais. Prémios complementares nacionais ou regionais. Prémios nacionais são constituídos pelo primeiro prémio de 10 000 euros, o 2º prémio de 5 000 euros e o 3º prémio de 3 000 euros. No que respeita aos prémios regionais verifica-se que o primeiro prémio é de 2 000 euros, o 2º prémio de 1 500 euros e o 3º prémio de

Politécnicos de qualquer grau, a docentes dos politécnicos ou outros indivíduos (os quais, por este facto, ficam impedidos de pertencer ao júri responsável pela apreciação das propostas), desde que integrando equipas constituídas por alunos e/ou diplomados.

QUESTÕES METODOLÓGICAS

Esta análise tem como base um inquérito por questionário³, que pretendia abarcar a totalidade dos participantes das nove edições do programa Poliemprende. Numa abordagem exploratória foi possível verificar que a única fonte que nos permitiria uma abordagem semelhante seria a utilização da plataforma gerida pelo Instituto Politécnico de Viseu (IPV)⁴. Esta plataforma, criada em 2012, durante a coordenação nacional por parte do IPV, não englobava, conseqüentemente, a totalidade dos projetos concorrentes das nove edições deste programa⁵, sendo que, e de uma forma previsível, as últimas edições seriam as mais representativas⁶.

Esta técnica tem como objetivo estimar grandezas “absolutas”, grandezas “relativas”, descrever uma população ou subpopulação, na medida em que se pretende recolher informações de natureza mais factual (embora sejam sempre representações sobre o passado) e opiniões sobre o trajeto no mercado de trabalho (emprego e desemprego) do próprio inquirido, após a conclusão da licenciatura.

Procuramos contribuir para uma reflexão crítica sobre o empreendedorismo e criação de empresas à luz dos debates académicos e políticos sobre a crise de regulação do emprego (difusão de formas flexíveis de contratação) e sobre as medidas de combate ao desemprego; atestar novas formas de contato entre Politécnicos, os (ex)alunos e o mercado de trabalho,

1 000 euros. Finalmente no que concerne aos prémios complementares, destaca-se o prémio de empreendedorismo, que pretende premiar a equipa que se revelar ao júri como a mais empreendedora, patrocinado pelo Patrono do Concurso, o Comendador Rui Nabeiro, através do Grupo Delta, no valor de 2500€ e ainda o prémio de plano de negócio, patrocinado pelo IAPMEI, que pretende valorizar a equipa concorrente que tenha construído o melhor plano de criação de negócio (valor a definir).

³ Disponibilizado on-line, entre o dia 15 de Julho e o dia 15 de Setembro de 2013 em <http://udi-ipc.limequery.com/index.php/survey/index/sid/615291/newtest/Y/lang/pt>

Os dados resultantes da aplicação do mesmo inquérito foram tratados em SPSS versão 20.0.

⁴ <http://www.Poliemprende.pt/>

⁵ Amostra não representativa do universo de participantes no programa desde a sua criação.

⁶ Esta questão possui particular importância, já que se verificou uma elevada percentagem de inquiridos que ainda não tinham terminado a sua formação académica, o que, do ponto de vista empírico, constituiu uma limitação para esta análise ao limitar a ligação entre projetos realizados e processo de transição para o trabalho.

nomeadamente analisando, no âmbito do programa Poliempreeende, os novos desafios institucionais na promoção do desenvolvimento económico e social a nível regional/nacional; analisar o processo de transição para o trabalho e a situação profissional dos diplomados e que papel o programa poderia ter representado como dinamizador institucional do empreendedorismo e do emprego dos diplomados do ensino superior politécnico, bem como evidenciar a sua função de promoção de desenvolvimento regional e nacional e como forma de promoção de um ensino profissionalizante.

Neste contexto, esta análise pretende enquadrar socio geograficamente os participantes, tendo presente o contexto do ensino superior em Portugal, e, de forma mais específica, evidenciar os contornos de aplicação dos projetos, por parte dos que já obtiveram o seu diploma, de forma a verificar até que ponto a sua situação profissional se poderia relacionar com este processo. Tendo presente a informação disponível de que, até ao momento, não se tinha verificado qualquer projeto aplicado, seria importante enquadrar, nesta análise, a situação profissional atual dos diplomados.

Dos 148 projetos⁷ inseridos nesta plataforma, foram obtidas 98 respostas válidas, o que constitui uma taxa de resposta de 62%. Consideramos que este programa constitui um canal privilegiado de contacto entre Politécnicos, (ex)alunos e mercado de trabalho, o que representa, na atualidade, sobretudo num ensino de índole profissionalizante, um dos maiores desafios institucionais do ensino superior politécnico, na promoção do desenvolvimento económico e social a nível nacional e regional. Assim, dos 98 inquiridos, 54 já tinham obtido a sua licenciatura, o que corresponde a 36% do total dos projetos inseridos na respetiva plataforma, correspondendo a 55,1% das respostas recebidas.

Pretendemos aqui analisar o papel do programa Poliempreeende como dinamizador institucional do empreendedorismo dos diplomados do ensino superior politécnico e como promotor da transição para o trabalho dos jovens diplomados, nomeadamente o seu contributo para a promoção de desenvolvimento regional e nacional. Caracterizamos igualmente os contextos de aplicação dos projetos, por parte dos diplomados, bem como a sua perspetiva sobre o empreendedorismo e sobre o papel da participação neste programa, no seu percurso profissional, até ao momento.

⁷ Alguns dos projetos inseridos não possuíam informação completa, nomeadamente os contactos de e-mail, pelo que foi decidido excluí-los de imediato desta análise, por impossibilidade de estabelecer contacto com os (ex)alunos.

CONTEXTOS SOCIOGEOGRÁFICOS E INSTITUCIONAIS

Para Simão e Costa (2000), a criação do ensino politécnico surge como forma de procurar responder às expectativas do mercado de trabalho, em termos de recursos humanos, numa perspetiva desenvolvimentista, reforçar as condições de igualdade no acesso ao ensino superior, adequar os conteúdos e práticas aos diferentes grupos populacionais e estimular a formação contínua e educação recorrente. Assim, podemos afirmar que o grande objetivo político da criação deste ensino foi o de contribuir para uma melhor distribuição da oferta do ensino superior, cujas instituições se assumissem como “(...) centros promotores de racionalidade e de apoio ao desenvolvimento, quer no âmbito nacional, quer sobretudo no âmbito das regiões e das localidades em que cada uma destas instituições se encontra instalada.” (CNE, 1990: 642).

Constata-se, a nível europeu, nas últimas décadas, um aumento significativo da frequência do ensino superior, consequência direta “(...) *d’une évolution concomitante des politiques éducatives et des comportements des jeunes et des familles, a eu des conséquences majeures pour l’université. Il convient donc d’en préciser l’ampleur et les formes.*” (Rose, 2003: 11).

Este movimento tem, contudo, ocorrido a diferentes velocidades, exteriorizando níveis evolutivos diferenciados entre os países ocidentais, potenciado, segundo Davies, Gottsche e Bansel (2006), pela emergência de um sistema de ensino superior neoliberal, que transformou o estado administrativo, responsável pelo bem-estar do ser humano, numa economia onde o poder está concentrado nas corporações globais e assente em conhecimentos que podem ser reconfigurados segundo necessidades económicas.

A evolução ocorrida no ensino superior reflete um período de aumento exponencial da taxa de frequência deste nível de ensino, que não foi causado pelo crescimento das taxas de natalidade, mas, sobretudo, pela atratividade de novos públicos, de diferentes faixas etárias, que (re)ingressam no sistema de ensino superior. Simultaneamente, transpõe um movimento de globalização da frequência deste nível de ensino e o surgimento de diferentes usos dos diplomas, instituindo novos desafios pedagógicos e funcionais e comprovando a efetiva inflação escolar e desvalorização dos diplomas.

Verifica-se, assim, uma

(...) diversificación importante de la enseñanza superior permitiendo satisfacer mejor la creciente diversidad de talentos y de motivaciones de los estudiantes, en el proceso de expansión educativa, así

como la gama cada vez más amplia de perspectivas profesionales que existen para los titulados superiores.” (Teichler, 2005: 49).

Quadro 1
Caracterização sociogeográfica e institucional
dos participantes (%)

GÉNERO	Feminino	66,3
IDADE	Menos de 20 anos	5,1
	20-25 anos	55,1
	26-30 anos	15,3
	31-40 anos	15,3
	41-50 anos	7,2
	Total	100,0
ESTADO CIVIL	Solteiro	80,6
	Casado	16,4
	Total	100,0
RESIDÊNCIA	Leiria	37,8
	Lisboa	14,3
	Coimbra	14,3
	Braga	5,1
	Aveiro	5,1
	Total	100,0
VIVE	Com os pais	58,1
	Com o cônjuge	18,4
	Sózinho	13,3
	Com colegas/amigos	8,2
	Total	100,0
<i>n</i>		98

Os dados do quadro acima corroboram o movimento verificado nas últimas décadas, em Portugal, nomeadamente no que respeita a uma progressiva feminização do ensino superior (Amaral e Teixeira, 2000). Existe, nesta amostra, uma maior representatividade feminina, com 66,3%, 55,1% dos inquiridos situam-se na faixa etária dos 20-25 anos, 80,6% são solteiros e 58,1% vivem ainda com os seus progenitores.

Com trajetórias académicas cada vez mais longas, os jovens obtêm autonomia residencial mais tardiamente, aumentando a idade média de acesso ao emprego, diminuindo as entradas precoces no mercado de trabalho e arrastando temporalmente o acesso a um emprego estável, adiando consequentemente a sua entrada na vida adulta.

Esta situação origina uma

“(…) multiplication, au cours de la période récente, de situations intermédiaires entre l’installation des jeunes dans un autre logement que celui des parents (la décohabitation), et leur

accession à une réelle indépendance résidentielle (les parents n'assurant plus le financement de ce logement), complique l'analyse de leur accès à l'autonomie résidentielle (...)”. (Villeneuve-Gokalp, 2000: 62).

Iannelli e Soro-Bonmati (2006) referem-se a um modelo mediterrânico de juventude, onde os jovens apresentam trajetórias escolares longas, revelam dificuldades ao nível do primeiro emprego, vivem com os pais (mesmo após o acesso à vida ativa), de onde só saem, genericamente, quando casam (redes paternas), verificando-se, conseqüentemente, uma diminuição da percentagem dos jovens a viver sozinhos ou em coabitação.

Este movimento enquadra-se no modelo de proteção continental, onde a família é central no processo de acesso ao emprego, compensando limitações das políticas de apoio aos jovens desempregados, ao nível do emprego e habitação. É nesta perspetiva que se enquadra o caso nacional, onde a família surge, assim, como uma compensação da falta de apoio estatal aos jovens. No atual contexto de crise económica, esta questão ganha nova pertinência e representatividade, em Portugal.

Paralelamente, esta situação permite que se constate a manutenção de uma das características estruturais do ensino superior em Portugal, a evidente procura regional⁸, mas também a tendência para a sua fixação profissional nas regiões de origem, após a obtenção do diploma (saliente-se, neste caso, e a título de exemplo, os casos dos diplomados do Instituto Politécnico de Leiria e o Instituto Politécnico de Coimbra).

Esta realidade evidencia, na linha do verificado em Cabrito (1997), Balsa *et al* (2001) e Machado *et al* (2003), que persistem desigualdades sociais no acesso ao ensino superior, materializando uma diferenciação social de origem que confirma uma persistente lógica reprodutora e de seleção social. Neste âmbito, o ensino politécnico continua a ser frequentado, principalmente, por jovens oriundos de famílias desprovidas de elevados recursos económicos e socioeducativos, o que implica que o nível sociocultural e económico de origem continua a influenciar o tipo de ensino superior frequentado, não constituindo um fenómeno novo, comprovando-se o facto de, ainda hoje, se verificar uma regionalização, na procura e frequência do ensino superior em Portugal.

Confirma-se o que já na última década do século XX era evidente, que o

⁸ Contudo assume-se que a preponderância de participantes dos Politécnicos do litoral, nesta análise poderá explicar a incidência deste fenómeno de fixação profissional nessas regiões que são mais desenvolvidas e conseqüentemente com maior oferta de oportunidades de emprego.

“(…) assinalável esforço feito para levar ao ensino superior o maior número possível de jovens não provocou uma expansão harmónica em termos do espaço nacional, nem em função dos estratos sociais e económicos de que os alunos são originários, assim mantendo, ou reforçando, assimetrias indesejáveis (...)” (Barreto, 1996: 463).

Partindo da tipologia apresentada por Costa, Machado e Almeida (2007), que demonstra que a maioria das propostas teóricas e de investigações empíricas vinculadas na atual sociologia das classes sociais convergem para a atribuição de uma importância central aos indicadores socio educacionais e socioprofissionais, apresentamos no quadro seguinte os lugares de classe dos participantes.

Quadro 2
Lugares de classe de origem dos participantes (%)

Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais	13,2
Profissionais Técnicos e de Enquadramento	15,8
Trabalhadores-Independentes	3,9
Trabalhadores Independentes Pluriactivos	7,9
Agricultores Independentes	1,3
Empregados Executantes	13,2
Operários	21,1
Assalariados Executantes Pluriactivos	23,7
Total	100,0
<i>n</i>	54

Podemos verificar a maior representatividade dos Assalariados Executantes Pluriactivos (23,7%) e Operários (21,1%), representando quase metade dos inquiridos. Este contexto social reflete-se, paralelamente, na representatividade que os trabalhadores estudantes têm ganho no ensino superior.

O exercício de um trabalho, regular ou não, ao longo do curso, corresponde, em certas situações, a desejos de construção de competências individuais, mas sobretudo a necessidades financeiras. Apesar disso, representa sempre um sinal de motivação e dinamismo, reforçando a empregabilidade dos jovens, adquirindo competências e saberes complementares à formação académica. Béduwé e Giret (2004) avançam, mesmo, com o conceito de pré-inseridos⁹, correspondendo aos que exercem uma profissão estável, inerente à

⁹ O estar pré-inserido implica possuir profissão estável, que corresponde à formação que está a realizar, o que pode constituir um movimento de potenciar as competências individuais, uma forma de financiamento dos estudos, um processo de melhoria das condições de vida, um reflexo e um sinal de

formação frequentada. A dificuldade reside na heterogeneidade de ocupações que geralmente os alunos vivenciam, impossibilitando traçar linearidades fenomenológicas. Este movimento de pré-inserção é particularmente pertinente no enquadramento do caso dos trabalhadores-estudantes, população cada vez mais representativa, na frequência do ensino superior, comprovando a diversificação da população estudantil, neste nível de ensino.

DIPLOMAS, TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO E EMPREGO

Nas últimas décadas, no quadro global da reflexão sobre as relações entre a educação e o mundo do trabalho, as investigações científicas, no campo da sociologia e da economia, complexificam-se. Esta evolução conceptual comprova, por um lado, uma dificuldade crescente de acesso ao mercado laboral, por parte dos diplomados do ensino superior, uma multiplicidade evidente nas formas de acesso à vida ativa, por parte do fluxo crescente de jovens diplomados, e, paralelamente, uma dificuldade progressiva na relação entre sistema de ensino e mercado de trabalho, que tem exigido uma crescente intervenção estatal face ao desemprego.

As linhas de orientação da organização da transição para o trabalho segundo Rose (1998) circunscrevem a sua efetiva organização (estado/empresas/indivíduos), estruturam todo tipo de mercados, implicam uma diversidade de situações de trabalho, dependem da transformação das condições de aquisição de saberes e saberes-fazer e contribuem para a regulação sociopolítica das populações desempregadas ou inativas. Apresenta-se, assim, progressivamente, como um processo cada vez mais longo e complexo, acarretando a assunção de estatutos instáveis, com percursos e modos de transição diferenciados, fortemente estruturados pelas empresas e poderes públicos, além do inevitável contexto formativo e familiar. Face a isto, encontra-se fortemente ligada aos movimentos económicos e à representatividade e incidência do desemprego, bem como às questões relativas ao mercado de trabalho local e nacional. Desta forma, diversos atores e intervenientes diretos entrecruzam-se neste movimento, delimitam informação, oportunidades, acesso, trajetos e hipotéticas carreiras profissionais, ultrapassando as questões económicas e revelando-se, cada vez mais, como um fator de estratificação social e de integração ou exclusão social. Existem, assim, diversas vantagens em articular as questões de volume, repartição e formas de emprego, até porque a

motivação, uma forma de pesquisa e adaptação ao mercado e pode transparecer um contexto geográfico (dimensão de espaço urbano e a relação com a probabilidade de trabalhar).

organização da transição profissional gera fluxos de mão-de-obra, contribui para a categorização das populações e participa na emergência de formas precárias de emprego.

Na primeira década do século XXI, acentua-se o interesse no relacionamento entre o ensino superior e o mundo do trabalho, sobretudo ao nível das condições que os alunos possuem, no ensino superior, e de que modo as suas opções, durante este período, afetam as suas trajetórias profissionais. Apesar da obtenção de um diploma de ensino superior proteger, ainda hoje, os jovens do desemprego, o período do emprego imediato terminou, há muito, para os diplomados do ensino superior e a realidade laboral apresenta desafios de crescente complexidade, pelo que o simples acesso ao estatuto de diplomado já não resolve, *per si*, o problema do acesso à vida ativa e, conseqüentemente, à vida adulta. Gangl (2002) refere mesmo que a ação individual (antes, durante e após a formação académica) se revela fundamental, quando o que está em causa é uma efetiva transição para o trabalho no âmbito da obtenção do primeiro emprego regular.

As questões ligadas ao percurso educacional dos indivíduos, à já referida experiência profissional e redes sociais às quais os mesmos têm acesso, apresentam-se como fundamentais para o sucesso deste processo. Os recursos aos quais os jovens têm acesso, bem como as suas trajetórias e posturas individuais têm que ser tidas, inquestionavelmente, em conta, sob pena da transição se reter em questões puramente institucionais e formais, que nada se aproximam do enquadramento social atual. Isto implica, para Rose (1998), que o jovem tenha que ser considerado, não somente como sujeito, mas, paralelamente, como ator.

Para Teichler (2005) o processo de transição para o trabalho complexifica-se progressivamente, o sentimento de inquietude generaliza-se e agoniza-se, verificando-se, em muitos países, um desfasamento, cada vez maior, entre a formação académica e a necessidade e especificidade de perfis laborais, por parte do mercado de trabalho. Conseqüentemente, multiplica-se o número de diplomados do ensino superior que afirmam exercer postos de trabalho desadequados, no que respeita ao estatuto socioeconómico usufruído e à possibilidade de aplicação dos seus conhecimentos às funções e tarefas efetivamente desempenhadas¹⁰, num contexto de crescente instabilidade no emprego.

Atualmente, o empreendedorismo assume-se, assim, como uma das formas de acesso ao mercado de trabalho, como podemos verificar pelas diretivas comunitárias e pelas políticas nacionais (QREN 2007-2013¹¹). Em termos práticos, esta questão coloca novos e importantes desafios às instituições de ensino superior, relacionados com a sua capacidade de, juntamente

¹⁰ Os conceitos de sobre formação e subemprego utilizam-se, com frequência, para caracterizar este processo.

¹¹ <http://www.qren.pt/np4/home>

com outros atores (económicos, sociais, políticos, entre outros) desenvolver o espírito e uma cultura empreendedora e de inovação. Entende-se, a esse respeito, que o contexto académico constitua uma parte importante do ambiente dos estudantes e, como tal, está numa posição central para mudar e incentivar o empreendedorismo. Ao promover, nos seus currículos e atividades, os estágios curriculares, a mobilidade estudantil (nacional e internacional), as atividades extracurriculares, o desenvolvimento de competências transversais, a formação contínua e o empreendedorismo (nas vertentes educativa e organizativa), as instituições de ensino superior representam, hoje, um fator de extrema importância no processo de transição para o trabalho por parte dos seus diplomados. É neste âmbito que podemos enquadrar o programa Poliempreende.

McDaniel (2006) refere-se mesmo ao autoemprego, afirmando que este se apresenta como um reflexo dos recursos (educação, estatuto ocupacional, experiência laboral e apoio familiar), variando, porém, consoante a vida laboral e experiências sociais. A questão que pode ser colocada é se, efetivamente, o capital social é fator de desigualdade social, face à complexidade do processo de transição, bem como os diferentes atores implicados neste processo. O facto é que a pesquisa e o acesso ao emprego revelam lógicas diferenciadas, consoante os casos, até porque a mobilidade profissional não é, necessariamente, precedida por um período de procura de emprego. Além disso, a situação socioprofissional vivida ainda durante o curso superior pode influenciar decisivamente todo processo de transição para o trabalho.

Quadro 3
Situação socioprofissional no último ano do curso (%)

Estudava a tempo inteiro	29,6
Exercia uma atividade profissional regular	18,4
Estudava e executava trabalhos ocasionais	7,1
Ainda não terminou o curso	44,9
Total	100,0
<i>n</i>	54

Verificamos no quadro 4 que 44,9%¹² afirmam que ainda não tinham terminado o seu curso superior, dos restantes, 29,6% eram estudantes a tempo inteiro e 18,4% exerciam uma atividade profissional regular a tempo inteiro. Apesar de não representar uma taxa elevada de trabalhadores estudantes, considerando dados anteriores (Sousa, 2003 e 2010), é, contudo, face

¹² Estes dados indicavam que estes alunos poderiam não reunir ainda condições que permitissem a efetiva materialização dos projetos de negócio construídos no âmbito deste projeto. Esta situação viria a confirmar-se posteriormente.

à amostra, representativa, se tivermos em consideração que a média de idade dos inquiridos se situa, preferencialmente, abaixo dos 25 anos.

Quanto à avaliação do curso/instituição frequentada, os diplomados afirmam que “*O politécnico deveria apoiar mais a criação de empresas por parte dos estudantes*” (média de 3,9¹³), o que nos permite equacionar se o programa não deveria objetivamente constituir um programa de apoio à transição para a vida ativa e apoiar diretamente a aplicabilidade de projetos, sobretudo os vencedores que usufruem de um prémio monetário. Os restantes dois indicadores (*O curso incentiva a criação de empresas* - média de 2,7; *O curso prepara para a criação de empresa* – média 2,6) denotam que, a nível formativo, esta questão não é ainda suficientemente valorizada¹⁴. Importa, igualmente, referir que esta tendência é mais evidente nos diplomados que afirmam estar, atualmente, a exercer o primeiro emprego regular e nos que se encontram desempregados, o que poderá justificar estas tomadas de posição.

Podemos então concluir que, apesar de facultar uma formação mais profissionalizante (Arroteia, 2002), os diplomados do ensino superior politécnico evidenciam uma posição generalizadamente negativa, no que respeita ao apoio e incentivo à criação de empresas facultado pela instituição.

Contudo, temos que referir que se verifica uma evidente heterogeneidade nas suas formações académicas e respetivas estruturas curriculares (áreas de engenharia, gestão, saúde e outras) em análise, impossibilitando que esta questão possa ser objetivamente explorada. Porém, tendo presente que a participação no programa Poliemprende pretende dinamizar a vertente empreendedora dos alunos, não deixa de se revelar pertinente o facto de os diplomados não refletirem positivamente nas respostas esta situação, o que permite equacionar se identificam este programa como elemento integrante de uma política institucional de apoio à criação empresarial, no ensino superior politécnico. Esta questão é possivelmente explicada pelo facto de, durante o trabalho exploratório que precedeu esta análise, nomeadamente a análise dos projetos inseridos na plataforma do IPV, termos verificado a inexistência de indicações que permitissem confirmar a aplicação dos mesmos, transformando-se numa das questões centrais neste processo analítico.

Relativamente à situação profissional durante o curso verificamos que dos diplomados que afirmam exercer uma atividade regular no seu ano de finalista, 47,6% são homens, entre os 41 e os 50 anos, sendo que 89,5% afirmam exercer a sua atividade profissional a tempo inteiro.

¹³ Escala de 1 a 5, onde o 1 corresponde a “discordo completamente” e o 5 a “concordo completamente”.

¹⁴ Refira-se, somente, o surgimento progressivo de unidades curriculares de empreendedorismo, em várias formações académicas, o que denota o reconhecimento da importância desta vertente na formação académica dos alunos.

Trabalham sobretudo em empresas de grande dimensão (63,2% afirmam exercer a sua atividade profissional em empresas com 50 a 199 trabalhadores), preferencialmente no ramo da prestação de serviços (38,9%) e em empresas privadas (66,7%). A maioria (61,1%), sobretudo os que possuem idade superior a 30 anos são funcionários efetivos, 38,9% usufruem um rendimento entre 801-1500 euros e 27,8% entre 501-800 euros.

Quanto ao papel que o acesso a um diploma de ensino superior ou a participação no programa Poliemprende representavam nas trajetórias profissionais destes indivíduos, verificamos que nem um, nem o outro, contribuíram para a efetiva alteração da situação profissional dos diplomados, sendo que 82,4% afirmam que mantiveram o emprego, dos quais 70,6% manteve inalterada a situação profissional e condições de trabalho. Contudo, apesar da estabilidade profissional, existem algumas questões que importa aprofundar, nomeadamente ao nível das condições e características do trabalho exercido, bem como no que respeita aos rendimentos.

Nauze-Fichet e Tomasini (2005) designam o facto de as pessoas ocuparem um emprego para o qual possuem um nível de formação superior à normalmente requerida, de “(...) *personnes «sur-diplômées» (...)*” (Nauze-Fichet e Tomasini, 2002: 21).

As abordagens¹⁵ a esta problemática podem ser de carácter normativo (análise do conteúdo da formação que é, *a priori*, necessário para ocupar aquela posição), estatístico (se o diploma é um investimento em capital humano, a remuneração é uma forma de retorno; assim, o nível de emprego é visto a partir da remuneração associada) ou subjetivo (perceção própria das pessoas relativamente ao seu trabalho). Optámos pela última abordagem.

Assim, 43,9% dos diplomados afirmou que as habilitações mínimas exigidas nos empregos exercidos era a licenciatura. Paralelamente, existe, ao nível dos conteúdos, uma ligação entre formação académica e trabalho, que, contudo, não tem correspondência quando o que está em causa são as condições de exercício dos mesmos, nomeadamente ao nível das remunerações auferidas.

¹⁵ Segundo Fondeur e Minni (2004), os trabalhos empíricos que analisam a relação formação e emprego distinguem três definições: a normativa (relação formação - emprego normal), a estatística (relação formação-emprego observada) e a subjetiva (perceção dos indivíduos sobre a sua situação). Esta problemática assenta no modelo de concorrência de emprego, Fondeur (1999, in: Lefresne, 2003) afirma que existem três métodos para medir este fenómeno: método adequacionista (relação formação/emprego é normal quando o trabalho coincide com a formação); método estatístico (relação formação/emprego é normal quando se estabelece uma tabela de correspondência diploma/profissão em função de cada profissão/nível de diploma) e o método subjectivo (relação formação/emprego é normal se o indivíduo a considera como tal).

Esta situação é corroborada com a análise dos níveis de satisfação no trabalho. Assim, os diplomados que exercem um emprego regular apresentam níveis de insatisfação/resignação em aspetos como: salários, possibilidade de evolução na carreira, aproveitamento das capacidades profissionais e ambiente de trabalho. Contudo, na generalidade, os inquiridos evidenciam posições de satisfação intermédias nomeadamente no que respeita à localização da entidade empregadora, funções e tarefas exercidas, bem como o futuro da empresa, permitindo-nos concluir que a obtenção diploma de ensino superior não alterou significativamente a situação laboral dos trabalhadores estudantes.

Quadro 4
Níveis de satisfação face ao trabalho dos diplomados

	Média	Desvio Padrão
Recursos e condições de trabalho	2,75	1,23
Salário	3,07	1,38
Horário de trabalho	2,98	1,34
Contrato	2,86	1,29
Localização	2,61	1,17
Funções	2,66	1,19
Tarefas	2,75	1,23
Posição hierárquica	2,82	1,27
Responsabilidade	2,89	1,30
Possibilidade de evolução na carreira	3,00	1,35
Autonomia	2,86	1,29
Aproveitamento das capacidades profissionais	3,05	1,37
Aproveitamento das capacidades pessoais	2,93	1,32
Reconhecimento no trabalho	2,86	1,29
Ambiente de trabalho	3,07	1,38
Nível tecnológico da empresa/organismo empregador	2,82	1,27
Futuro da Empresa	2,70	1,21
Formação profissional recebida	2,95	1,33
Aproveitamento das qualificações	2,89	1,30
<i>n</i>		54

Legenda: (1 - Muito satisfeito; 2 - Razoavelmente satisfeito; 3 - Nem satisfeito nem insatisfeito; 4 Razoavelmente insatisfeito 5 - Muito insatisfeito)

Quanto aos estudantes a tempo inteiro, 72,4%, à data e aplicação do inquérito por questionário, continuavam à procura do seu primeiro emprego regular e conseqüentemente em desemprego de inserção, o que corrobora a dificuldade crescente dos mais jovens, mesmo os mais qualificados, em aceder ao mundo do trabalho. Esta percentagem não deixa de se relevar

surpreendentemente elevada evidenciando a crescente dificuldade no acesso ao primeiro emprego pelos jovens diplomados do ensino superior em Portugal.

ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO E EMPREENDEDORISMO: O CASO DO POLIEMPREENDE

Importa analisar, seguidamente, os contornos e dificuldades de implementação dos projetos, as motivações de participação e sua importância nos percursos profissionais e na manutenção da ligação com a instituição de ensino superior frequentada.

Quadro 5
Dificuldades de implementação do projeto dos diplomados
segundo a sua situação socioprofissional atual (%)

		1	2	3	4	5	6	7	Total
Causas de não aplicação do projeto	Ausência de recursos financeiros	0	0	80	25	100	20	25	34,6
	Acesso restrito ao crédito	0	0	0	37,5	0	40	0	19,2
	Pouca recetividade empresarial	100	100	0	0	0	0	25	15,4
	Competitividade do mercado	0	0	20	25	0	0	0	11,5
	Falta de apoio do Politécnico	0	0	0	12,5	0	0	25	7,7
	Falta de apoio público de financiamento	0	0	0	0	0	20	0	3,8
	Legislação	0	0	0	0	0	0	25	3,8
	Já possuía emprego	0	0	0	0	0	20	0	3,8
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100
Obstáculos de implementação	Dificuldades de financiamento	25	0	37,5	23,1	66,7	71,4	25	37,5
	Risco financeiro (perder dinheiro)	75	100	0	30,8	0	28,6	25	27,5
	Situação económica e política	0	0	35	7,7	0	0	25	10
	Falta de capacidade empresarial	0	0	0	15,4	0	0	25	7,5
	Falta de conhecimento do negócio e dos clientes	0	0	25	0	0	0	0	5
	Carga fiscal	0	0	12,5	7,7	0	0	0	5
	Falta da ideia certa de negócio	0	0	0	7,7	33,3	0	0	5
	Outra	0	0	0	7,7	0	0	0	2,5
	Total	100	100	100	100	100	100	100	100

n

54

Legenda: 1- Possui um novo emprego; 2- Encontro-me desempregado e não exerci qualquer tipo de emprego regular após o desempenhado no último ano do curso; 3 - Procuo primeiro emprego regular; 4 Situação profissional inalterada (funções, categoria profissional e/ou condições de trabalho); 5- Mantive o emprego detido, mas alterei situação profissional (funções, categoria profissional e/ou condições de trabalho); 6- Encontro-me desempregado; 7- Exerço o primeiro emprego regular.

Na análise do quadro 6, verifica-se que 34,6% indicam que se deve à falta de recursos financeiros, o acesso restrito ao crédito (19,2%) ou à pouca receptividade empresarial (15,4%). Esta tendência é reforçada quando os diplomados são questionados sobre os obstáculos de implementação dos projetos.

Quadro 6
Motivações de participação dos diplomados
segundo a situação profissional atual

		1	2	3	4	5	6	7	Total
Motivações de participação	Desenvolvimento Profissional	25,0	0	12,5	30,8	0	14,3	50,0	22,5
	Autonomia profissional	25,0	0	12,5	23,1	33,3	14,3	0	17,5
	Realizar um sonho profissional	50	0	25	15,4	0	0	0	15,0
	Ganhar dinheiro	0	0	12,5	7,7	0	0	50	10,0
	Criar próprio emprego	0	0	0	7,7	33,3	28,6	0	10,0
	Ambição/poder	0	100	12,5	0	0	14,3	0	7,5
	Independência pessoal	0	0	12,5	7,7	0	0	0	5,0
	Criar algo	0	0	0	7,7	0	14,3	0	5,0
	Reconhecimento Social	0	0	12,5	0	0	14,3	0	5,0
	Obter estatuto e prestígio social	0	0	0	0	33,3	0	0	2,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Importância da participação no percurso profissional	Muito importante	33,3	100	25	30,8	33,3	16,7	75	34,2
	Importante	66,7	0	75	30,8	0	66,7	25	44,7
	Nada importante	0	0	0	7,7	0	0	0	2,6
	Não responde	0	0	0	30,8	66,7	16,7	0	18,4
		Total	100	100	100	100	100	100	100
Ligação com o Politécnico	Sim	50,0	0	12,5	23,1	66,7	57,1	0	30
	Não	50,0	100	87,5	76,9	33,3	42,9	100	70
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Tipo de ligação	Continua a estudar	50	0	0	0	100	100	0	58,3
	Projetos de Investigação e Desenvolvimento	50	100	0	33,3	0	0	0	25
	Recrutamento	0	0	0	33,3	0	0	0	8,3
	Recurso a prestação de serviços	0	0	0	33,3	0	0	0	8,3
		Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

n

54

Legenda: 1- Possui um novo emprego; 2- Encontro-me desempregado e não exerci qualquer tipo de emprego regular após o desempenhado no último ano do curso; 3 - Procuo primeiro emprego regular; 4- Mantive o emprego detido e a situação profissional (funções, categoria profissional e/ou condições de trabalho); 5- Situação profissional inalterada (funções, categoria profissional e/ou condições de trabalho); 6- Encontro-me desempregado; 7- Exerço o primeiro emprego regular.

Assim, verifica-se que 37,5% indicam as dificuldades de financiamento (saliente-se que destes, 71% encontram-se desempregados), 27,5% referem-se ao risco financeiro inerente (destes, 75% afirmam possuírem novo emprego, sendo que mais de 80% se situam entre os 26-40 anos) e 10% à situação económica e política. Podemos, desta forma, concluir que são os fatores de carácter económico os principais limitadores indicados pelos inquiridos para justificar a não aplicação dos projetos, situação reforçada pela análise do contexto socioprofissional dos diplomados.

Quanto às motivações de participação, 22,5% referem-se ao desenvolvimento profissional (50% exercem o primeiro emprego, 39,1% são mulheres e 40% encontram-se entre os 41 e os 50 anos), 17,5% à autonomia profissional (23,1% mantiveram o emprego e a situação profissional detida ainda durante o curso e 33,3% mantiveram emprego mas alteraram situação profissional). Relativamente às motivações de participação neste programa são, sobretudo, questões como a autonomia profissional, a realização e desenvolvimento profissional e pessoal as mais referidas, o que confirma que o intuito de participação, por parte dos diplomados, é, sobretudo, de índole profissional.

No que respeita à importância que atribuem à participação neste programa no seu percurso profissional, 34,5% dos diplomados afirmam que foi muito importante (saliente-se que, destes, 75% exercem o primeiro emprego), 44,7% indicam ter sido importante (destes, 66,7% estão desempregados e 66,7% encontram-se à procura do primeiro emprego).

Podemos afirmar que a participação no Poliemprende não teve, até ao momento, uma influência evidente nas trajetórias profissionais dos diplomados, isto porque nenhum projeto foi aplicado, assiste-se a uma elevada percentagem de desemprego de inserção e a uma situação profissional precária de alguns dos diplomados, bem como a um imobilismo profissional dos trabalhadores estudantes após a obtenção do diploma. Assim, no que respeita a esta amostra, verifica-se que a participação neste programa não influenciou, de uma forma direta, o movimento de transição para o trabalho dos diplomados ou, indiretamente, a situação laboral já detida pelos que desempenhavam uma atividade profissional regular e a tempo inteiro, antes de terminarem o seu curso superior.

Paralelamente e no que respeita à ligação dos diplomados com o Politécnico, 30% afirmam que mantêm esta ligação, sendo que, destes, 57,1% estão desempregados, verificando-se que é sobretudo ao nível da continuidade das trajetórias académicas e frequência de outros graus de ensino (mestrados), que os diplomados assumem manter esta ligação. Esta situação comprova uma continuidade no investimento na educação, que poderá ser o reflexo, sobretudo, das contingências vividas, do mercado de trabalho e da inflação dos diplomas, enquadrando-se conceptualmente no que Pais (2005) apelida de “parque de estacionamento”, quando se refere ao novo papel do sistema de ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face o contexto económico e social atual, jovens e instituições de ensino superior enfrentam novos desafios face ao fenómeno do (des)emprego em Portugal. Consequentemente, a importância e o papel do empreendedorismo no ensino superior intensificam-se. Programas como o Poliemprende possuem, atualmente, particular pertinência, não só para reafirmar a pertinência desta temática, mas, sobretudo, para enquadrar estas novas políticas nos desafios futuros do ensino superior politécnico em Portugal. Os desafios face ao emprego transformaram-se numa das maiores preocupações dos mais diversos intervenientes da sociedade. O surgimento e proliferação de programas de apoio ao empreendedorismo, no ensino superior, constituem, atualmente, uma das estratégias adotadas, como forma de promoção do emprego.

Este movimento materializa uma necessidade crescente e evidente de melhorar a interligação entre ensino superior e mercado de trabalho e potenciar parcerias assentes na transferência de saberes, competências e tecnologia. Só assim o ensino superior poderá responder às novas exigências colocadas pelos novos contornos de emprego e pela reestruturação inerente à aplicação do processo de Bolonha em Portugal. Neste processo, o ensino politécnico possui particular responsabilidade, por um lado, por razões históricas e de conceção (Arroteia, 2002) e, por outro lado, porque enfrenta, na primeira década do século XXI, novos desafios, alicerçados nos atuais contornos demográficos do país e no

consequente aumento da competitividade, no ensino superior, a nível nacional e internacional.

A contextualização sociogeográfica desta amostra revela-se, neste contexto, particularmente pertinente, enquadrando-se no já verificado em anteriores análises (Sousa, 2003; 2010), que os jovens, no acesso ao ensino superior, continuam a evidenciar uma procura regional de educação e, que, consequentemente após a conclusão das licenciaturas, denotam uma preferência para uma fixação profissional nas suas áreas de residência. Esta situação poderá ser reflexo do contexto económico e social dos alunos, já que muitos dos diplomados inquiridos pertence a uma classe de origem com baixos recursos socioeconómicos.

Assim, a procura regional da educação superior, nomeadamente o acesso e frequência dos politécnicos, reflete, ainda hoje, persistentes dicotomias nacionais e regionais, materializadas numa evidente diferenciação institucional, dentro do sistema de ensino superior binário (Arroteia, 2002; Teixeira, 2000; Alves, 2007). Quando se analisam os contextos sociais de origem dos alunos dos politécnicos e se recorda que este subsistema procurou materializar uma efetiva democratização do ensino superior, assente na diversificação e dispersão geográfica da oferta formativa a nível nacional (Simão e Costa, 2000), verificamos que esse objetivo se encontra, ainda hoje, inacabado, ganhando, no atual contexto económico e social, uma nova pertinência.

No que respeita à avaliação da formação superior obtida, os inquiridos referem que o ensino politécnico não privilegia, durante os cursos, de uma forma direta e curricular, o empreendedorismo. Esta situação é evidente quando os mesmos referem a pouca formação/apoio facultado, mesmo aos mais empreendedores, na criação de empresas, isto no âmbito de um ensino tendencialmente profissionalizante. Contudo, esta questão tem que ser enquadrada tendo presente a heterogeneidade de cursos superiores representados nesta análise; a título de exemplo, verifica-se uma grande discrepância na inclusão de estágios curriculares nas respetivas estruturas curriculares, durante o funcionamento dos diversos cursos dos primeiros ciclos aqui representados.

A necessidade da existência de um mecanismo formal e integrante estruturalmente do programa Poliemprende, que pudesse funcionar como canal de apoio direto à aplicação dos projetos, torna-se assim evidente, sobretudo se tivermos em consideração que as razões/obstáculos mais apontadas pelos diplomados para a não aplicação do projeto são de índole económica. Esta questão ganha novas dimensões quando se constata que as

principais motivações de participação neste programa referidas são de índole profissional, conseqüentemente, a não aplicação dos projetos limita significativamente este processo e os objetivos do mesmo, quer como forma de promover o processo de transição para o trabalho e/ou respetivo percurso profissional já instituído.

Porém, e apesar deste contexto, os inquiridos assumem que a participação se revelou importante para o seu percurso profissional, apesar de ser sobretudo na sua vertente simbólica, já que do ponto de vista prático verificou-se que, atendendo a situação profissional vivida, os diplomados evidenciam trajetórias profissionais de imobilismo profissional (no caso dos trabalhadores-estudantes) e profundas dificuldades no processo de transição para o trabalho (no caso dos estudantes a tempo inteiro).

Paralelamente observa-se uma ténue ligação dos mesmos com as instituições de ensino superior frequentadas, alicerçada, sobretudo, numa continuidade das trajetórias académicas. Mais uma vez se poderá equacionar se o programa Poliempreeende deveria ou não incluir formalmente um período de aplicação estruturada dos projetos, de forma a maximizar todo este processo, e potenciar, paralelamente, o (re)investimento académico dos seus (ex)alunos.

Tendo presente o facto da não aplicação dos projetos participantes/vencedores e esta situação de imobilismo/precariedade laboral dos diplomados, podemos concluir que, até ao momento, a participação neste programa não constituiu, para estes, um elemento influenciador do processo de transição para o trabalho ou um apoio direto à criação do próprio emprego e conseqüentemente não atenuou as persistentes dicotomias sociais e económicas a nível nacional e regional, materializadas numa evidente diferenciação institucional, dentro do sistema de ensino superior binário.

Assim, a participação neste programa não influenciou, até ao momento e *per si*, a ligação entre ensino superior politécnico/diplomados/emprego, não se afirmando como um elemento central no processo de transição dos diplomados para o trabalho, mais especificamente na criação do próprio emprego. Paralelamente, não existe um efetivo trabalho em rede/parceria entre os diferentes politécnicos, sendo que os mesmos apresentam diferentes níveis de participação, que foi perceptível na separação simbólica e efetiva da vertente regional e nacional do concurso e na participação neste processo analítico.

Bibliografia

- AMARAL, A; TEIXEIRA P. (2000), “The rise and fall of the private sector in Portuguese higher education”, in *Higher Education Policy*, 13, pp 245-266.
- ARROTEIA, J. C. (2002), *O Ensino Superior Politécnico em Portugal*, Aveiro, UA.
- BALSA, C. et al (2001), *Perfil dos estudantes do ensino superior - Desigualdades e Diferenciação*, Lisboa, Colibri/CEOS.
- BARBIER, J. C. (1997), *Les Politiques de l'emploi en Europe*, Paris, Flammarion.
- BARRETO, A. (1996), *A Situação Social em Portugal 1960-1995*, Lisboa, ICS.
- BECK, U; GIDDENS, A.; LASH, S. (1994), *Reflexive Modernization. Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*, Stanford, Stanford University.
- BÉDUWÉ, C, GIRET, J. F. (2004), “Le travail en cours d'études a-t-il une valeur professionnelle?”, in *Économie et Statistique*, 378-379, pp 55-79.
- CABRITO, B. G. (1997), “A equidade no sistema universitário português, da universalidade do discurso à contradição das práticas”, in *Análise Psicológica*, XV (1), pp 33-45.
- C.N.E. (1990), *Pareceres e Recomendações*, 88-89, Lisboa, Conselho Nacional de Educação.
- COSTA, A. F.; MACHADO, F. L.; ALMEIDA, J. F. (2007), “Classes sociais e recursos educativos, uma análise transnacional”, in Costa; Machado; Ávila, *Portugal no Contexto Europeu. Sociedade e Conhecimento*, Lisboa, Celta, pp 5-20.
- CRUZ, M.; CRUZEIRO, M. (1995), *O Desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal – Situação e problemas de acesso*, Lisboa, ME.
- DAVIES, B; GOTTSCHHE M; BANSEL P. (2006), “The rise and fall of the Neo-liberal University”, in *European Journal of Education*, Vol. 41 (2), pp 305-319.
- DUBAR, C. (2001), “La construction sociale de l'insertion professionnelle”, in *Education et Sociétés*, Vol. 7 (1), pp 23-36.
- FONDEUR. Y, MINNI, C. (2004), “L'emploi des jeunes au coeur des dynamiques du marché du travail”, in *Économie et Statistique*, 378-379, pp 85-102.
- GALLAND, O. (1991), *Sociologie de la Jeunesse. L'entrée dans la vie*, Paris, Armand Colin.
- GALLAND, O. (1995b), “Une entrée de plus en plus tardive dans la vie adulte”, in *Économie et Statistique*, 283-284, pp. 32-52
- GANGL, M. (2002), “Changing labour markets and early career outcomes, labour market entry in Europe over the past decade”, in *Work, Employment and Society*, Vol. 16 (1), pp 67-90.
- GHIGLIONE, R; MATALON, B. (1993), *O Inquérito – Teoria e Prática*, Lisboa, Celta.
- GIRET, J. F. (2000), *Pour une économie de l'insertion professionnelle des jeunes*, Paris, CNRS Éditions.
- IANNELLI C; SORO-BONMATÍ, A. (2006), “Transition Pathways in Italy and Spain, Different Patterns, Similar Vulnerability?”, in Muller; Gangl (2006), *Transitions from Education to Work in Europe - The Integration of Youth into EU Labour Markets*, Oxford, Oxford University Press, pp. 212-250.

SOUSA, Luís Nuno (2017), “Ensino politécnico, empreendedorismo e transição para o trabalho”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, pp. 75-99.

LAHIRE, Bernard (2005), “Patrimónios Individuais de Disposições - Para uma sociologia à escala individual”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, pp 11-42.

LEFRESNE, Florence (2003), *Les jeunes et l'emploi*, Paris, La Découverte.

MACHADO, Fernando *et al* (2003), “Classes sociais e estudantes universitários, origens, oportunidades, e orientações”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp 45-80.

MARTÍNEZ, D; MORA, J; VILA, L. (2007), “Entrepreneurs, the Self-employed and Employees amongst Young European Higher Education Graduates”, in *European Journal of Education*, Vol. 42 (1), pp 99-117.

MCDANIEL, S. A. (2006), “Self-Employment, How Individual Choices Interact with Market Economies”, in *International Sociology*, 21, pp 796-805.

MOZZICAFREDDO, J. (1992), “O estado-providência em Portugal, estratégias contraditórias”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12, pp 57-89.

MÜLLER; GANGL (2006), *Transitions from Education to Work in Europe – The Integration of Youth into EU Labour Markets*, Oxford, Oxford University Press.

NAUZE-FICHET, E; TOMASINI, M. (2002), “Diplôme et insertion sur le marché du travail, approches socioprofessionnelle et salariale”, in *Économie et Statistique*, 354, pp 21- 43.

NAUZE-FICHET, E; TOMASINI, M. (2005), “Parcours des jeunes à la sortie du système éducatif et déclassement salarial”, in *Économie et Statistique*, 388-389, pp 57-83.

OCDE (2007), *Education at a Glance - OCDE Indicators*, Paris, OECD Publications.

OLIVEIRA, Luísa (2008), *Sociologia da Inovação - A Construção Social das Técnicas e dos Mercados*, Lisboa, Celta Editora.

PAIS, João Machado (2005), *Ganchos, tachos e biscates*, Lisboa, Ambar.

PARREIRA; PEREIRA; VIEIRA E BRITO (2011), *Empreendedorismo e Motivações Empresariais no Ensino Superior*, Lisboa, Sílabo.

PURCELL, K; WILTON, N; ELIAS, P. (2007), “Hard Lessons for Lifelong Learners? Age and Experience in the Graduate Labour Market”, in *Higher Education Quarterly*, Vol. 61 (1), pp 57-82.

ROSE, José. (1998), *Les jeunes face à l'emploi*, Paris, Desclée de Brouwer.

SIMÃO, José Veiga; COSTA, António de Almeida (2000), *O Ensino Politécnico em Portugal*, Braga, Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.

SOUSA, Luís (2003), *Transição ao trabalho, interioridades, desafios ou descontinuidades - O Caso do curso de Comunicação Social da ESEV*. Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE.

SOUSA, Luís (2011), *Diplomas e (Des)Emprego - um estudo de caso*. Dissertação de Doutoramento, Porto, FLUP.

TCHIBOZO, G. (2007), “Extra-Curricular Activity and the Transition from Higher Education to Work, A Survey of Graduates in the United Kingdom”, in *Higher Education Quarterly*, Vol. 61 (1), pp 37-56.

TEICHLER, Ulrich (2005), *Graduados y empleo, investigación, metodología y resultados – Los casos de Europa, Japón, Argentina e Uruguay*, Buenos Aires, Niño y Dávila Editores.

SOUSA, Luís Nuno (2017), “Ensino politécnico, empreendedorismo e transição para o trabalho”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, pp. 75-99.

WALTHER *et al* (2002), *Misleading Trajectories – Integration Policies for Young Adults in Europe?*, Opladen, Leske Budrich.

VILLENEUVE-GOKALP, C. (1997), “Le départ de chez les parents, définitions d’un processus complexe”, in *Économie et Statistique*, 304-305, pp 149-162.

VILLENEUVE-GOKALP, C. (2000), “Les jeunes partent toujours au même âge de chez leurs parents”, in *Économie et Statistique*, 337-338, pp 61-80.

Luís Nuno Sousa: Professor-adjunto na Escola Superior de Educação/Instituto Politécnico de Viseu (Viseu, Portugal). Desde 2006 investigador do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal) desde 2009 do Centro de estudos em Educação, Tecnologia e Saúde do Instituto Politécnico de Viseu (Viseu, Portugal). Endereço de correspondência: rua Dr. Maximiano Aragão 41, 3500-155 Viseu, Portugal. E-mail: luissousa@esev.ipv.pt

Artigo recebido em 15 de novembro de 2016. Publicação aprovada em 22 de abril de 2017.